

RELATÓRIO PARCIAL DE ATIVIDADES
Projeto Hortas Agroflorestais
Período de Referência: Fevereiro – Março de 2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto	Fomento à Agricultura Familiar Urbana, Periurbana e Rural de Sete Lagoas
Termo de Fomento MDA	nº 977695/2025
Processo Administrativo	55000.013615/2025-54
Instituição Proponente	Centro de Desenvolvimento Econômico e Social – CEDES
Parceiro Acadêmico	Universidade Federal de São João del-Rei – Campus Sete Lagoas
Coordenadora pela UFSJ	Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira
Responsável Técnica (CEDES)	Denise Raposo Franca
Período de Referência	Fevereiro – Março de 2026
Data de Emissão	Abril de 2026

2. APRESENTAÇÃO

O presente relatório parcial de atividades refere-se ao período de fevereiro a março de 2026 e integra o conjunto de documentos de acompanhamento do Projeto Hortas Agroflorestais, vinculado ao Termo de Fomento MDA nº 977695/2025. O projeto tem por finalidade fomentar a agricultura familiar urbana, periurbana e rural no município de Sete Lagoas (MG), por meio de capacitação técnica, acompanhamento in loco, integração de saberes tradicionais e científicos e desenvolvimento de tecnologia digital voltada à gestão das hortas comunitárias.

A parceria interinstitucional que sustenta a execução das atividades de cunho técnico-científico envolve a Universidade Federal de São João del-Rei – Campus Sete Lagoas (UFSJ-CSL), atuando por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento (FAPED), sob a coordenação da Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira. As metas de gestão,

monitoramento e avaliação permanecem sob responsabilidade direta do Centro de Desenvolvimento Econômico e Social – CEDES.

Cabe registrar que o início efetivo das atividades operacionais ocorreu em fevereiro de 2026, em decorrência do período necessário à conclusão e assinatura do Termo de Atuação em Rede entre as instituições parceiras. Essa etapa burocrática, embora tenha promovido o adiamento do calendário originalmente previsto, assegurou a solidez jurídica e institucional indispensável à boa execução do projeto. O cronograma de metas foi devidamente readequado, preservando a integralidade dos objetivos propostos dentro do período de vigência.

3. EQUIPE TÉCNICA PELA UFSJ-CSL

A equipe técnica vinculada à UFSJ-CSL, responsável pela execução das Metas 1 a 4, está constituída conforme o quadro abaixo. O processo seletivo para concessão das bolsas discentes foi conduzido por edital público (Edital nº 001/2026/CEDES/UFSJ-CSL/FAPED) e homologado em 27 de fevereiro de 2026, nos termos do Ato nº 001/2026, sob coordenação da Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira.

Nome	Vínculo / Formação	Função no Projeto
Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira	Zootecnista – Docente UFSJ-CSL	Coordenadora do projeto pela UFSJ
Prof. Dr. Iran Dias Borges	Eng. Agrônomo – Docente UFSJ-CSL	Responsável pela condução dos minicursos (Meta 2)
Arthur Silveira Vasconcelos Rodrigues	Discente – Eng. Agrônômica UFSJ-CSL	Bolsista de Iniciação à Extensão – Diagnóstico e visitas (Metas 1 e 3)
Adílio Alves da Silva	Discente – Eng. Agrônômica UFSJ-CSL	Bolsista de Iniciação à Extensão – Diagnóstico e visitas (Metas 1 e 3)
Cayo César Simão Rosa	Discente – Eng. Agrônômica UFSJ-CSL	Bolsista de Iniciação à Extensão – Diagnóstico e visitas (Metas 1 e 3)
Débora Yasmin Dias Fagundes	Discente – Eng. Agrônômica UFSJ-CSL	Bolsista de Iniciação à Extensão – Diagnóstico e visitas (Metas 1 e 3)

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA

4.1 Agricultura urbana e periurbana: fundamentos conceituais e trajetória nas políticas públicas brasileiras

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é definida, na literatura especializada, como a prática de cultivo, processamento e distribuição de alimentos realizada no interior ou no

entorno imediato de localidades urbanas, com aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis nessas áreas (MOUGEOT, 2000). Esse modelo produtivo tem assumido crescente relevância como estratégia de enfrentamento à insegurança alimentar, de geração de renda para populações vulneráveis e de promoção de serviços ecossistêmicos em ambientes urbanos (BERTOLINI; JAIME; DI GIULIO, 2023).

No Brasil, as iniciativas de AUP ganharam impulso expressivo a partir do início do século XXI, quando a temática foi incorporada à agenda nacional de segurança alimentar e nutricional, com apoio de governos e organizações da sociedade civil. A institucionalização desse campo culminou, em 2018, com a criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Portaria MDS nº 467/2018) e, posteriormente, em 2024, com a aprovação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que representa o mais recente avanço regulatório nessa direção (SANTANDREU; LOVO, 2007; BERTOLINI; JAIME; DI GIULIO, 2023). Dados da ONU indicam que, em 2050, dois terços da população mundial residirão em áreas urbanas, o que confere à AUP um papel estratégico na construção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis.

A agroecologia constitui o paradigma técnico-científico que orienta a condução das hortas urbanas de base sustentável. Para Caporal e Costabeber (2000), a agroecologia extrapola os aspectos meramente produtivos e incorpora dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade, constituindo-se como ciência transdisciplinar voltada à promoção de agroecossistemas resilientes e socialmente equitativos. Nessa perspectiva, a dimensão técnica das práticas agroecológicas — como a preservação da biodiversidade, o manejo do solo sem agrotóxicos e a diversificação produtiva — é indissociável da dimensão social da organização comunitária e da construção coletiva do conhecimento (GLIESSMAN, 2001).

4.2 As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas: histórico, estrutura e relevância

O programa de hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas é unanimemente reconhecido pela literatura científica como uma das mais longevas e expressivas experiências de agricultura urbana do Brasil e do mundo. Sua criação data de 1982, quando a Prefeitura Municipal, em parceria com a EMATER-MG e o Programa Estadual de Alimentação Escolar, implantou a primeira horta no bairro Manoa, inicialmente com 35 famílias de baixa renda como forma de resposta à crise econômica e ao desemprego estrutural que afetava o município de perfil industrial (CARVALHO; TEIXEIRA; FRANÇA, 2009; CALBINO et al., 2017).

Ao longo das décadas seguintes, o programa expandiu-se progressivamente, incorporando novas áreas e famílias. Em 1984, implantou-se a horta do Vapabuçu; em 1997, a do Nova Cidade; em 1998, a do JK; e, entre 2001 e 2006, as hortas Cidade de Deus, São Paulo, Montreal/Canadá e Barreiro, chegando ao conjunto atual de sete hortas, que ocupam aproximadamente 15 hectares dentro do perímetro urbano, sendo parte delas instaladas em faixas de servidão de linhas de alta tensão da CEMIG (CARVALHO, 2006; CALBINO et al., 2017). Atualmente, o programa beneficia cerca de 300 a 350 famílias, com uma média de 1.500 beneficiários indiretos, sendo as hortaliças escoadas por meio do PNAE, do PAA e de feiras livres municipais (SEAPA-MG, 2015).

Do ponto de vista jurídico-institucional, o funcionamento das hortas foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 3.550/2007, posteriormente atualizado pelo Decreto nº 5.246/2015, que estabelecem regras de convivência, deveres, direitos e proibições, incluindo a vedação explícita ao uso de agrotóxicos. Cada família beneficiária recebe uma área individual de 360 m², denominada quadra, além de acesso gratuito à água tratada e suporte técnico da EMATER-MG (CARVALHO, 2006; NETA; CALBINO, 2024).

Um dos estudos de maior abrangência analítica sobre o programa é a monografia de Zadorosny (2013), que investigou sistematicamente os fatores que contribuíram para a sua longevidade e consolidação ao longo de três décadas de existência. A partir de um estudo de caso conduzido junto à UFMG, a autora identificou que a perenidade do programa decorre de uma combinação singular de fatores institucionais, sociais e organizacionais, entre os quais se destacam: a continuidade do suporte técnico da EMATER-MG independentemente das alternâncias na gestão municipal; a construção gradual de capital social entre os produtores; a inserção das hortas em redes de comercialização institucionais como o PNAE e o PAA; e a adaptabilidade do modelo a diferentes contextos de bairro e perfil familiar. O trabalho de Zadorosny (2013) é uma referência para a compreensão da trajetória do programa e fornece bases analíticas relevantes para o diagnóstico socioeconômico e ambiental que a equipe do presente projeto está conduzindo junto às mesmas comunidades.

4.3 Biodiversidade agrícola e potencial agroecológico das hortas

Um aspecto marcante das hortas comunitárias de Sete Lagoas é a expressiva biodiversidade vegetal cultivada, que reflete a integração entre saberes tradicionais dos agricultores e as orientações técnicas dos órgãos de apoio. Estudo conduzido por Ferraz et al. (2015) nas hortas JK e Vapabuçu identificou o cultivo de 95 espécies distintas, entre hortaliças convencionais, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), culturas alimentares diversas (mandioca, milho, feijão, fruteiras), além de plantas medicinais e ornamentais. Entre as PANCs, destacam-se espécies de reconhecido valor nutricional e baixo

custo de produção, como azedinha (*Rumex acetosa*), ora-pró-nóbis (*Pereskia aculeata*), bortalha (*Basella alba*), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e caruru (*Amaranthus spp.*). As plantas medicinais, por sua vez, incluem desde alecrim e hortelã, presentes em ambas as hortas, até espécies de uso mais localizado, como cana de macaco, guaco e melão-são-caetano.

Do ponto de vista comercial, a alface, a cebolinha e a couve respondem pela maior parte da produção destinada ao mercado, embora os dados indiquem que 72% dos produtores cultivam ao menos quatro culturas diferentes, demonstrando o potencial de diversificação como estratégia de segurança alimentar e aumento de renda (CALBINO et al., 2017). A incorporação de SAFs às hortas urbanas — que é um dos eixos centrais do presente projeto — amplia esse potencial ao associar componentes arbóreos às culturas de ciclo curto, promovendo benefícios como sequestro de carbono, melhoria da fertilidade do solo, regulação do microclima e conservação da biodiversidade (KABASHIMA et al., 2009).

4.4 Dimensões socioeconômicas: renda, gênero e segurança alimentar

Os retornos econômicos gerados pelo programa são documentados de forma consistente na literatura. Calbino et al. (2017) registraram que as hortas sustentaram a geração de renda para mais de 350 famílias que vivem essencialmente de sua produção, obtendo em média de um a dois salários-mínimos mensais, com alguns produtores alcançando até R\$ 3.500,00/mês. O levantamento quantitativo conduzido pelo mesmo grupo de pesquisa em 2015 indicou que 90% dos produtores possuíam casa própria, 90% avaliavam positivamente o trabalho nas hortas e recomendariam a participação a outras pessoas, o que sugere uma motivação que transcende a estritamente econômica e incorpora dimensões de identidade, sociabilidade e qualidade de vida.

A questão de gênero representa uma dimensão crítica, frequentemente sublinhada na literatura. Penedo (2015) observou que as hortas urbanas de Sete Lagoas avançaram na ocupação de espaços por mulheres e em seu protagonismo como lideranças e principais responsáveis pela renda familiar. No entanto, a mesma autora identificou a persistência de disparidades na distribuição de renda entre homens e mulheres, a presença de violência simbólica no contexto familiar e a sobrecarga de trabalho que as mulheres enfrentam ao conciliar a produção na horta com as responsabilidades domésticas. Essa tensão justifica, no âmbito do presente projeto, a ênfase explícita no fortalecimento do protagonismo feminino e juvenil como eixo transversal de todas as metas.

Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, a contribuição das hortas extrapola os limites das famílias produtoras. Estima-se que aproximadamente 30 toneladas anuais das principais hortaliças produzidas são destinadas às escolas municipais

participantes do PNAE, complementando a alimentação de mais de 23 mil estudantes em 49 unidades escolares (SEAPA-MG, 2015). Esse fluxo consolida as hortas como um componente estrutural da política local de alimentação saudável e de abastecimento comunitário.

4.5 Desafios organizacionais, assistencialismo e perspectivas para a transição agroecológica

Não obstante os avanços registrados ao longo de mais de quatro décadas, a literatura identifica um conjunto de desafios que limitam o pleno desenvolvimento do programa. Calbino et al. (2017) apontam para a persistência de traços culturais de individualismo nas relações interpessoais entre produtores, que comprometem a capacidade de organização associativa e a adoção de estratégias coletivas de comercialização. A ausência de canais coletivos de venda favorece a intermediação por atravessadores, que reduzem a margem de lucro dos agricultores e os afastam do consumidor final.

Melo et al. (2018), com base em pesquisa participante na horta Vapabuçu, descrevem como a construção do saber agroecológico, que avançou consideravelmente na dimensão técnica da produção, ainda apresenta contradições significativas na dimensão social, manifestas em relações de subordinação ao presidente da associação e em traços de clientelismo que fragilizam a autonomia coletiva dos produtores. A dependência histórica de suporte estatal, analisada em profundidade por Neta e Calbino (2024) a partir de uma perspectiva freiriana, revela a tensão entre o papel governamental legítimo de criar condições materiais para a produção e as práticas assistencialistas que, ao tratar os produtores como objetos passivos de políticas, limitam sua agência e perpetuam uma cultura de subordinação. Para os autores, o desafio central da extensão rural nas hortas comunitárias é construir uma prática de assistir sem assistencializar, que promova o protagonismo dos sujeitos e sua participação ativa nas decisões que lhes dizem respeito.

É nesse contexto que a proposta metodológica do presente projeto assume particular relevância. Ao estruturar as capacitações (Meta 2) com base nos resultados do diagnóstico participativo (Meta 1), ao incorporar a perspectiva de gênero como eixo transversal e ao desenvolver o aplicativo HortaFácil a partir de oficinas de escuta com os próprios horticultores (Meta 4), o projeto posiciona-se como uma intervenção que busca superar as limitações do modelo assistencialista, promovendo a construção coletiva do conhecimento agroecológico e o fortalecimento da autonomia das comunidades horticultoras de Sete Lagoas. Adicionalmente, a introdução de sistemas agroflorestais (SAFs) como componente técnico do modelo proposto dialoga com a literatura que aponta as hortas em SAF como espaços de cultivo diversificado, capazes de simular a sucessão ecológica das florestas nativas e de

promover serviços ecossistêmicos relevantes, como a mitigação das emissões de carbono, a restauração da fertilidade do solo e a conservação da biodiversidade funcional (KABASHIMA et al., 2009; GLIESSMAN, 2001).

5. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

5.1 Fevereiro de 2026: Formalização e mobilização inicial

O mês de fevereiro marcou o início formal da execução do projeto no âmbito da parceria CEDES–UFSJ-CSL–FAPED. As ações desenvolvidas nesse período concentraram-se na estruturação da equipe técnica, no lançamento das atividades de diagnóstico e na mobilização dos atores envolvidos.

5.1.1 Seleção e homologação dos bolsistas discentes. Concluiu-se o processo seletivo público para concessão de quatro bolsas de iniciação à extensão a estudantes de graduação da UFSJ-CSL. Foram selecionados os acadêmicos Arthur Silveira Vasconcelos Rodrigues (1º classificado), Adílio Alves da Silva (2º), Cayo César Simão Rosa (3º) e Débora Yasmin Dias Fagundes (4º), todos do curso de Engenharia Agrônômica. O resultado foi homologado em 27 de fevereiro de 2026 e publicado conforme os trâmites previstos no edital de referência.

5.1.2 Reunião de alinhamento institucional. Realizou-se reunião formal de alinhamento entre representantes do CEDES e da equipe técnica da UFSJ-CSL, com a participação da coordenadora Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira e dos bolsistas recém-selecionados. O encontro teve como objetivos: (a) apresentação formal da equipe discente à coordenação do CEDES; (b) delineamento das estratégias para as visitas às hortas comunitárias; (c) definição da abordagem para apresentação do projeto ao público-alvo; e (d) orientação dos bolsistas quanto à produção do material de divulgação. A partir deste momento, a coordenação do projeto adota a prática sistemática de registro em ata de todas as reuniões de equipe, como instrumento de memória institucional e rastreabilidade das decisões tomadas.

5.1.3 Levantamento bibliográfico e mapeamento georreferenciado das hortas comunitárias (Meta 1). A coordenadora Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira deu início à etapa de revisão da literatura e organização do referencial histórico-documental das hortas comunitárias de Sete Lagoas. Foram compilados documentos históricos, publicações técnicas e produzido o mapeamento georreferenciado de todas as hortas comunitárias do município, com o objetivo de compor uma linha do tempo desde a criação do programa, em 1982, até o momento atual.

O mapeamento espacial foi desenvolvido com o uso de geotecnologias e imagens de satélite (Google Satellite), identificando e delimitando as áreas de cada horta comunitária dentro do perímetro urbano e periurbano de Sete Lagoas. Os resultados estão apresentados nas figuras a seguir.



Figura 1 – Mapeamento geral das hortas comunitárias de Sete Lagoas. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

O mapa geral (Figura 1) evidencia a distribuição espacial das sete hortas no território municipal e seu padrão de localização ao longo das faixas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica, característica histórica e estrutural do programa. As Figuras 2 a 8 apresentam o detalhamento individual de cada horta, com escala compatível com a análise de uso e ocupação do solo em nível de quadra.

Hortas Comunitárias: detalhe por unidade

Horta Comunitária - Bernardo Valadares

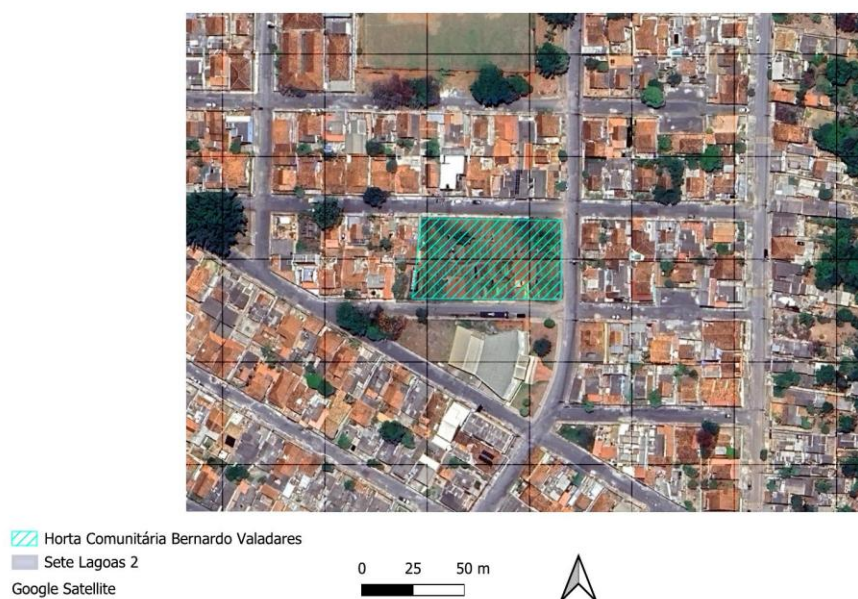


Figura 2 – Horta Comunitária Bernardo Valadares. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

Horta Comunitária - Cidade de Deus

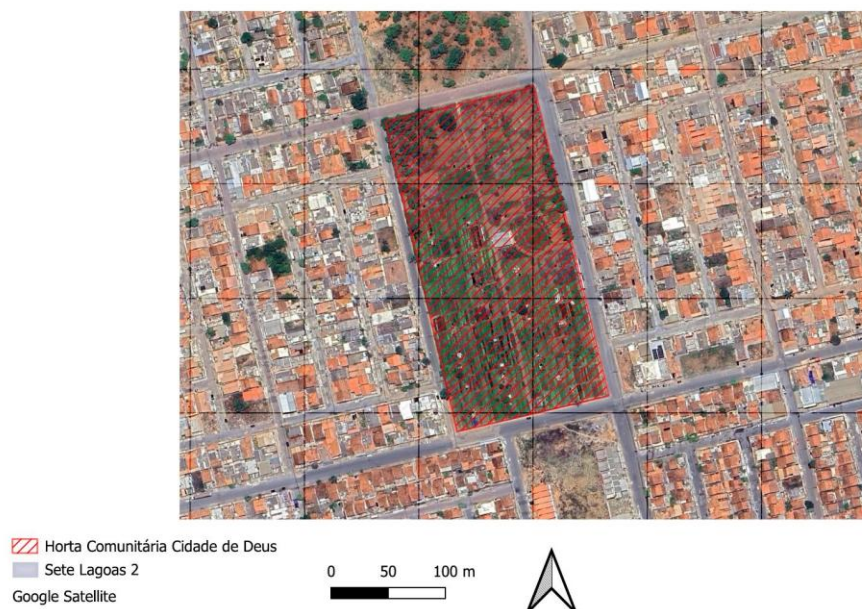


Figura 3 – Horta Comunitária Cidade de Deus. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

Horta Comunitária - Vapabuçu

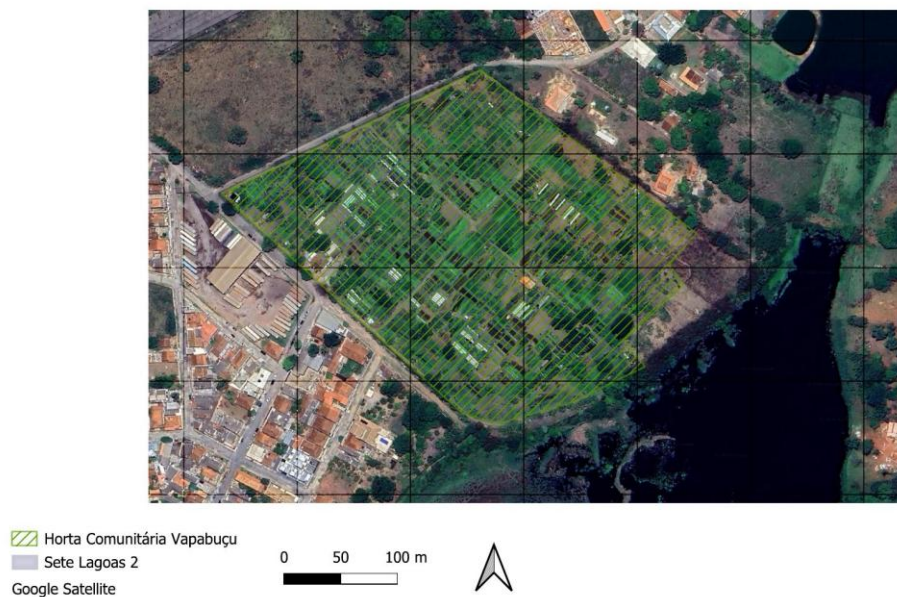


Figura 4 – Horta Comunitária Vapabuçu. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

Horta Comunitária - Canadá/Montréal

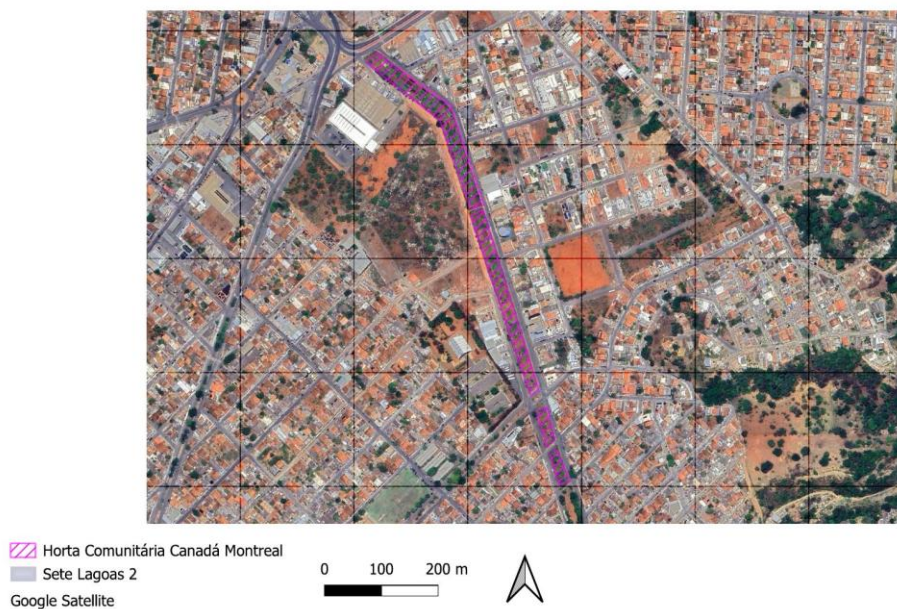


Figura 5 – Horta Comunitária Canadá/Montréal. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

Horta Comunitária - Barreiro

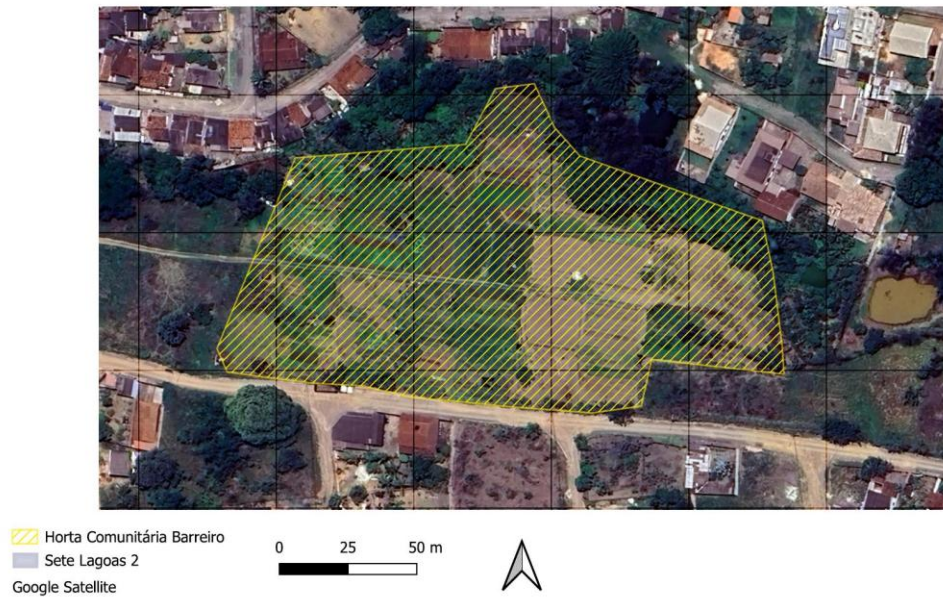


Figura 6 – Horta Comunitária Barreiro. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

Horta Comunitária - Nova Cidade

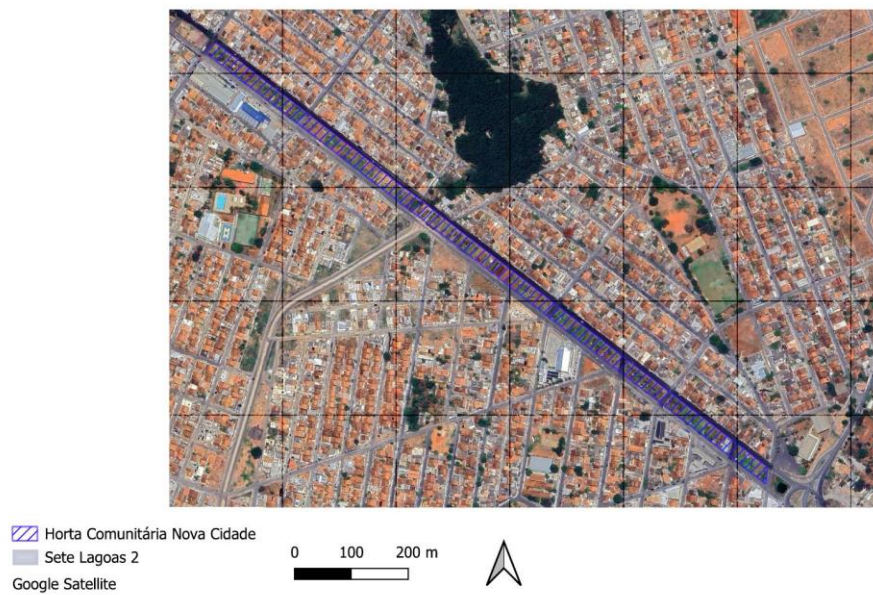


Figura 7 – Horta Comunitária Nova Cidade. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

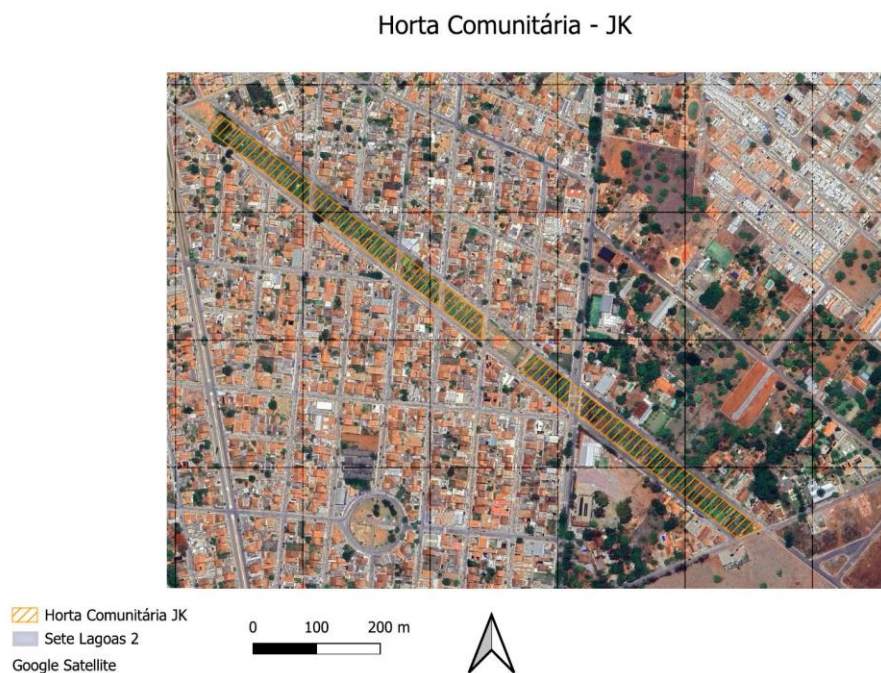


Figura 8 – Horta Comunitária JK. Fonte: elaborado pela equipe técnica UFSJ-CSL, 2026.

O conjunto cartográfico produzido constitui produto técnico original da Meta 1, fundamentado na literatura que reconhece o mapeamento participativo e georreferenciado como instrumento indispensável à caracterização territorial de programas de agricultura urbana (SANTANDREU; LOVO, 2007).

5.1.4 Concepção do aplicativo HortaFácil (Meta 4). Realizou-se a primeira discussão técnica sobre o aplicativo HortaFácil. Foram definidas preliminarmente suas funcionalidades essenciais: perfil de usuário vinculado à horta; aba de notícias e eventos; catálogo técnico de culturas; calendário de tarefas com alertas; módulo de comunidade para contato entre produtores; layout intuitivo da horta; integração de previsão do tempo; calculadora de produtividade; sugestões de consórcios; ferramenta de identificação de pragas e doenças por imagem; e módulo de pontos de venda com geolocalização.

5.1.5 Elaboração do material de divulgação. Os bolsistas, sob orientação da coordenadora, participaram da produção do folder institucional destinado às comunidades das hortas, apresentando em linguagem acessível os objetivos do projeto, as ações previstas, a equipe executora e os canais de contato.

5.2 Março de 2026: Início do trabalho de campo – aplicação do diagnóstico

O mês de março foi marcado pelo início efetivo do trabalho de campo, com a mobilização dos bolsistas para a aplicação de questionários de diagnóstico socioeconômico e ambiental junto às famílias das hortas comunitárias.

5.2.1 Aplicação do instrumento de diagnóstico socioeconômico e ambiental (Meta 1 – Etapa 1.1). Os quatro bolsistas discentes, sob supervisão da Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira, iniciaram a aplicação dos questionários junto aos agricultores familiares das sete hortas contempladas pelo projeto. O instrumento abrange dimensões socioeconômicas, produtivas e ambientais das unidades familiares, alinhado à metodologia adotada em estudos precedentes na mesma comunidade (CALBINO et al., 2017; UFSJ, 2014). A coleta encontra-se em andamento ao término do período de referência, com sistematização e análise dos dados previstas para o relatório subsequente.

6. SITUAÇÃO DAS METAS NO PERÍODO DE REFERÊNCIA

O quadro a seguir apresenta o status atualizado de cada meta em relação ao período de referência coberto por este relatório.

Nº	Meta	Responsável	Status	Previsão
1	Diagnóstico socioeconômico e ambiental territorial	UFSJ/FAPED	Em andamento	Fev – Abr/2026
2	Capacitação para agricultura familiar e transição agroecológica	UFSJ/FAPED	Prevista	Mai – Out/2026
3	Acompanhamento e visitas técnicas	UFSJ/FAPED	Prevista	Mar – Ago/2026
4	Criação do aplicativo HortaFácil	UFSJ/FAPED	Iniciada (concepção)	Jan – Jun/2026
5	Gestão, monitoramento e avaliação	CEDES	Em andamento	Set/2025 – Ago/2026
6	Despesas administrativas e operacionais	FAPED	Em andamento	Out/2025 – Jun/2026

7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO

O período de referência corresponde à fase de estruturação e mobilização inicial do projeto, em que os alicerces operacionais e técnicos foram devidamente estabelecidos. A despeito do adiamento do início das atividades, decorrente exclusivamente da formalização do Termo de Atuação em Rede, as ações previstas para as Metas 1 e 4 foram prontamente iniciadas, demonstrando a capacidade de resposta e o comprometimento institucional de todos os parceiros envolvidos.

Três aspectos merecem destaque como pontos positivos desta fase. O processo seletivo dos bolsistas foi conduzido com rigor e transparência, resultando em uma equipe discente coesa e bem alinhada às demandas do projeto. A elaboração participativa do material de divulgação evidenciou a rápida apropriação dos bolsistas sobre a proposta e o público-alvo. A entrega do mapeamento georreferenciado constitui produto técnico original e inédito, que orienta territorialmente tanto o desenvolvimento do HortaFácil quanto as atividades de campo futuras, em consonância com a literatura que reconhece o mapeamento participativo como instrumento central para a caracterização de programas de AUP (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Para os próximos meses, a equipe concentrará esforços na conclusão da coleta e sistematização dos dados do diagnóstico (Meta 1), cuja análise subsidiará diretamente a elaboração dos conteúdos dos seis minicursos de capacitação (Meta 2), previstos para se iniciar em maio de 2026. Oficinas participativas de escuta com os(as) horticultores(as) para validação das funcionalidades do HortaFácil também estão previstos, assegurando que a ferramenta tecnológica seja desenvolvida a partir das demandas e possibilidades reais da comunidade, em alinhamento com o princípio freiriano de construção dialogada do conhecimento (NETA; CALBINO, 2024).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-
- BERTOLINI, G.; JAIME, P. C.; DI GIULIO, G. M. O papel da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da Covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 4, e220244pt, 2023.
- CALBINO, D.; BORGES, I.; ANDRADE, L.; ABREU, C.; GONÇALVES, F. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas-MG. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara/RS, v. 14, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 2017.

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- CARVALHO, E. R. Plantando em quarteirões: um estudo de caso sobre a agricultura urbana em Sete Lagoas. 2006. Monografia (Especialização em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CARVALHO, E.; TEIXEIRA, A.; FRANÇA, E. As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas-MG. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE INCENTIVO AO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, 5., 2009, Brasília. Anais... Brasília, 2009.
- FERRAZ, L. C. L.; CARVALHO, É. R. O.; VIANA, M. M. S.; OLIVEIRA, N. R. P. Biodiversidade das plantas cultivadas nas hortas comunitárias em Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015. (Resumos do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia).
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- KABASHIMA, J. N. et al. Sistemas agroflorestais em áreas urbanas. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (REVSBAU)*, Piracicaba, v. 4, n. 3, p. 1-20, 2009.
- MELO, A. M.; CALBINO, D.; FIGUEIREDO, Y. G.; SILVA, F. P.; CARVALHO, E. R. O. Desafios das práticas agroecológicas no contexto do associativismo em hortas comunitárias no município de Sete Lagoas-MG. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018. (Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF).
- MOUGEOT, L. Agricultura urbana: conceito e definição. *Revista de Agricultura Urbana*, Lima, v. 1, n. 1, p. 5-12, 2000.
- NETA, E. M.; CALBINO, D. Contradições e desafios da atuação estatal nas hortas comunitárias: o caso do município de Sete Lagoas-MG. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024. (Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia).
- PENEDO, I. A questão do gênero na agricultura urbana de base agroecológica: um estudo de caso. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*. Belo Horizonte: Rede; Ipes, 2007.
- SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS (SEAPA-MG). *Agricultura urbana é opção em Sete Lagoas e Sabará, na região Central de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SEAPA-MG, jan. 2015. Disponível em: <http://agricultura.mg.gov.br>. Acesso em: abr. 2026.
- SETE LAGOAS (MG). Decreto n.º 3.550, de 15 de agosto de 2007. Institui o regulamento de funcionamento das hortas comunitárias urbanas. Sete Lagoas: Prefeitura Municipal, 2007.
- SETE LAGOAS (MG). Decreto n.º 5.246, de 07 de agosto de 2015. Atualiza o regulamento de funcionamento das hortas comunitárias no município de Sete Lagoas. Sete Lagoas: Prefeitura Municipal, 2015.
- SOUZA, A. O.; PINHEIRO, D. C. Hortas comunitárias e reintegração social: uma análise das suas vantagens no sistema APAC de Sete Lagoas, Minas Gerais. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, v. 17, n. 1, 2018.

UFSJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Análise do perfil socioeconômico dos produtores das hortas comunitárias de Sete Lagoas. Relatório de Pesquisa. Sete Lagoas: UFSJ-CSL, 2014. (Mimeo).

ZADOROSNY, M. M. Estudo de caso sobre o Programa de Hortas Comunitárias Urbanas de Sete Lagoas/MG: fatores que contribuíram para o sucesso de um programa de agricultura urbana com 30 anos de existência. 2013. Monografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/4d577d31-b6f2-40d6-b337-113266179618>.

9. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



Profa. Dra. Elaine Cristina Teixeira

Coordenadora do Projeto pela UFSJ – Campus Sete Lagoas
CEDES/UFSJ-CSL/FAPED – Termo de Fomento MDA nº 977695/2025

Sete Lagoas, Março de 2026.